



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Ana Patrícia Lourenço Galvão

**Desigualdade Social como Factor de risco para
Perpetração de Violência Íntima**

Trabalho realizado sob orientação da

Professora Doutora Joana Cabral

Dezembro 2016



Ana Patrícia Lourenço Galvão

**Desigualdade Social como Factor de risco para
Perpetração de Violência Íntima**

Dissertação apresentada na Universidade Lusófona do Porto para obtenção do
grau de Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde

Tese/dissertação defendida em provas públicas
na Universidade Lusófona do Porto no dia 16/12/2016,
perante o júri seguinte:
Presidente: Prof^a. Doutora Inês Martins Jongenelen
Arguente: Prof^a. Doutora Sónia Caridade (Universidade Fernando Pessoa)
Orientador: Prof. Doutora Joana Maria Barreto Ramos de Almeida Cabral

Dezembro 2016

É autorizada a reprodução parcial desta tese/dissertação (indicar, caso tal seja necessário, nº máximo de páginas, ilustrações, gráficos, etc.), apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Agradecimentos

À minha família (pais, padrinhos e avô) obrigada pela confiança depositada em mim e pelo apoio incondicional. Sem vocês dificilmente chegaria aqui!

Ao meu namorado, obrigado por acreditar sempre em mim e me ter feito sempre sentir capaz de superar qualquer obstáculo estando a meu lado a 100%.

À minha filha, à “bailarina da minha caixa de música”, pelo apoio e ânimo, mesmo que inconscientes. Obrigada pela força de viver e pela alegria contagiante que tantas vezes me revigorou. E um pedido de desculpas pelos momentos em que não pude ser tão “presente” como gostaria de ter sido!

À Professora Doutora Joana Cabral, por todos os conhecimentos e ensinamentos transmitidos, pelo apoio e orientação disponibilizados, mas principalmente pela sua paciência nestas últimas semanas.

Por fim, e não menos importante, aos meus AMIGOS. Obrigada pela compreensão, pelo apoio, pela paciência, mas principalmente por estarem sempre lá! Guardo-os no meu coração!

*"Lo que no logres hoy, quizás mañana
lo lograrás, no es tiempo todavía
nunca en el breve termino de un día
maduran frutos y la espiga grana.
No son jamás en la labor humana
vano el afán, inútil la porfía
el que con fe y valor lucha y confía
los mayores obstáculos allana.
Trabaja y persevera, que en el mundo
nada existe rebelde, ni infecunda
para el poder de Dios o de la idea.
Hasta la estéril y deforme roca
es manantial cuando Moisés la toca
y estatua cuando Fidias la golpea."*

Manuel Sandoval

Resumo

O presente estudo pretende explorar a relação entre a desigualdade percebida e a perpetração de violência no contexto das relações de intimidade. Os participantes tinham idades compreendidas entre os 18 e os 72 anos ($M = 29,97$, D.P. = 12,46) sendo 138 do sexo feminino (80,2%) e 34 do sexo masculino (19,8%). Administraram-se os seguintes instrumentos: Instrumento de Desigualdade Percebida (IDP, Antunes, Ferreira, Moreira, Pasion & Cabral, 2016 – versão para investigação), Questionário Experiências de Vitimação na Idade Adulta (QEVIA, Lisboa, Barroso, Patrício & Leandro, 2009; adaptado por Cabral, Coelho, Galvão e Moreira, 2016 – versão para investigação) e o Inventário de Experiências de Discriminação (IED, Antunes, Ferreira & Cabral, 2016 – versão para investigação). Os resultados sugerem que a desigualdade e a discriminação percebidas são preditores de perpetração na relação íntima, como também, os recursos materiais e económicos percebidos e o estatuto social percebido predizem VRI. Este estudo sublinha a importância da desigualdade social percebida como factor de risco para a perpetração em contexto de relação de intimidade.

Palavras – chave: desigualdade social percebida; violência nas relações de intimidade.

Abstract

This study aims to explore the relationship between perceived inequality and the perpetration of violence in the context of intimate relationships. Participants were aged between 18 and 72 years ($M = 29.97$, $SEM = 12.46$) and 138 female (80.2%) and 34 males (19.8%). The following instruments were administered: Inequality Perceived Instrument (IDP, Antunes Ferreira, Moreira, Pasion & Cabral, 2016 - version for research) Questionnaire of Victimization Experiences in Adulthood (QEVIA, Lisbon, Barroso, Patrício & Leandro, 2009, adapted by Cabral, Coelho, Galvao and Moreira, 2016 - version for research) and the Inventory of Discrimination Experiences (IED, Antunes Ferreira & Cabral, 2016 - version for research). The results suggest that perceived inequality and discrimination are predictive of perpetration intimate relationship, but also materials and economic resources and perceived social status are predictive of VRI. This study underlines the importance of perceived social inequality as a risk factor for the perpetration in the context of intimate relationship.

Keywords: Perceived social inequality; Intimate partner violence

ÍNDICE

DESIGUALDADE SOCIAL	9
DESIGUALDADE PERCEBIDA E VIOLÊNCIA ÍNTIMA	12
MÉTODO.....	16
PARTICIPANTES.....	16
INSTRUMENTOS.....	16
PROCEDIMENTOS.....	21
RESULTADOS	22
DISCUSSÃO	24

Desigualdade Social

A igualdade representa uma noção tão antiga quanto complexa. Desde a origem, faz contraste com uma outra noção que sempre marcou presença no decurso da história humana – a desigualdade (Barros, 2006). Quando falamos em desigualdade, a própria palavra sugere que partiu da ideia de igualdade. Podemos referir-nos à igualdade como uma inexistência de diferenças entre dois ou mais elementos em comparação. No que corresponde à desigualdade, Cowell (2011) considera a palavra complicada, tendo esta sido usada em conexão com uma série de problemas sociais e económicos. A questão da palavra “desigualdade” reside num número de representações diferentes a que faz apelo num leitor ou ouvinte, em função do seu *background* sociocultural e dos seus (pré)conceitos.

Pode considerar-se também que a desigualdade é um princípio inerente a qualquer forma de estruturação social (CIES/CESO I&D, 1998). E no que toca ao sistema social, Fernandes (2013) defende a existência de dois tipos de desigualdade. Um que é próprio das sociedades tradicionais e que se tem preservado actualmente, com maior incidência nos meios rurais, onde cada um vive segundo a sua condição e onde a desigualdade não era nem é discutida. Um segundo tipo de desigualdade, remete para o facto de, ainda que sendo todas as pessoas consideradas “livres” e em igualdade de oportunidades, não possuírem as mesmas condições de existência.

Mas por que razão as desigualdades sociais constituem um problema na sociedade actual, se no passado a desigualdade também persistia? Porque a sociedade moderna defende os valores da liberdade e da igualdade e o espírito democrático não consente limitações à liberdade nem obstáculos à igualdade (Fernandes, 2013 pp.203-204).

Por muito que a sociedade moderna se considere homogénea, revelar-se-á sempre algum grau de assimetria nas relações que os indivíduos estabelecem entre si. Daqui resultam novas desigualdades de *carácter intracategorial*, ou seja, a “homogeneidade existente dentro de uma categoria perde-se e, por sua vez, criam-se no seu interior desigualdades económicas e identitárias” (Fernandes, 2013).

A interpretação e explicação das desigualdades sociais pode também ser

fundamentada através da concepção *marxista* da sociedade capitalista e da teoria *weberiana* da estratificação social. Karl Max (1818-1883) defendia que a base do poder e das desigualdades sociais da sociedade capitalista consistia na propriedade privada dos “meios de produção” como terras e capitais (Machado, 2005). Para o autor, a posse da propriedade era característica da burguesia e a ausência desta característica do proletariado. Marx defendia que a esfera económica possuía uma enorme influência na estruturação da posição do indivíduo na sociedade. Na perspectiva do autor, é no trabalho e na actividade económica que o indivíduo define a sua essência enquanto ser que existe (Machado, 2005). Por outro lado, Max Weber, na sua teoria da estratificação social, defende que estase organizava em torno do desigual acesso aos recursos de poder social (Sorj, 2001).

As desigualdades sociais evidenciavam-se e continuam a evidenciar-se, assim, como: (i) uma “hierarquia económica” baseando a formação da “classe” no “poder económico”; (ii) uma “hierarquia social” formada pelos “*grupos de status*” e de onde se consolida o “poder social” que se vai associar à avaliação e valor que a sociedade irá atribuir a determinado indivíduo; (iii) e, por último, a uma “hierarquia política” que deu origem à constituição de partidos, formando-se estes em prol da desigualdade de distribuição do poder político, com o objectivo de alcançar ou manter uma liderança política (Machado, 2005).

Podemos também perspectivar a desigualdade social enquanto factor de mobilização social ou constrangimento à mesma e reconhecendo-a como inseparável do grau de “*desejabilidade colectiva*” que acarreta. Segundo Lahire (2003), o que separa uma “diferença social” de uma “desigualdade social” no acesso a todo um conjunto de recursos, remete para o facto de estarmos a lidar com *objectos* altamente desejáveis, considerando-se, assim, que a desigualdade emerge quando uma “*forte desejabilidade colectivamente definida*” existe a par de uma assimetria no acesso a estes *objectos sociais e económicos* desejados.

A percepção de mobilidade social pode ter um diferente impacto no indivíduo, independentemente da sua posição social. A mobilidade social é vista tanto como uma oportunidade como um risco. Alguns estudos econométricos demonstram que indivíduos de estratos mais baixos, tem maior probabilidade de ascender socialmente enquanto indivíduos de estratos mais elevados estagnam

no mesmo estrato. Como, também indicam que a desigualdade tem uma influência positiva sobre o bem-estar quando medida dentro de um grupo de referência promovendo assim a ideia de desigualdade como uma oportunidade.

A desigualdade social surge no acesso a várias áreas, como por exemplo no acesso à educação, no acesso à saúde e no acesso à habitação. No que toca à educação, e apesar de se observar avanços significativos no sistema educacional, este continua a ser selectivo. As desigualdades na educação podem ser vistas pelas suas manifestações, por exemplo, nas notas e apreciações que são produzidas pelos professores, a orientação para cursos menos socialmente valorizados (cursos profissionais), nas taxas de retenção escolar, no abandono escolar, entre outros (Lahire, 2003). Estes factores relacionados com o capital cultural e social do agregado familiar do aluno (nível escolar e profissão dos pais) levam a uma “reprodução da estrutura das classes, a relações de força entre arbitrários culturais, e a uma reprodução da estrutura de distribuição dos capitais, nomeadamente no que toca ao capital cultural” (Lahire, 2003, p. 984).

Assim sendo, pode-se usar o princípio da igualdade de oportunidades como um instrumento de análise, pois constitui um dos factores que permitem fazer surgir e permanecer um certo tipo de mecanismos de selecção social, ou seja, passar de uma selecção assente nos privilégios do nascimento para uma selecção baseada na igualdade. Concluindo, o discurso sobre as desigualdades sociais do acesso à escola só pode ser instaurada quando a cultura escolar se torna um valor social colectivamente partilhado (Lahire, 2003).

Na área da saúde, surgem vários estudos que têm dado ênfase à profissão do indivíduo como o principal indicador do lugar que ele ocupa na sociedade. A esta profissão associam-se os rendimentos do indivíduo, o seu nível de vida e as suas condições de saúde, que, por sua vez, se associam ao nível do acesso e *consumo* dos serviços de saúde. Destes estudos, pode-se verificar que aos indivíduos com nível socioeconómico superior corresponde um maior e melhor acesso aos serviços de saúde, que estes adoptam comportamentos de saúde preventivos e que estes se parecem traduzir numa maior longevidade (Antunes, 2010). Desta forma, cada vez mais se observa que a sociedade contemporânea, onde as oportunidades e o consumo de bens e serviços seguem as linhas que demarcam os diferentes segmentos sociais, o padrão de consumo de assistência

à saúde corresponde ao conceito de “medicina de classes” (Donnangelo & Pereira, 1976 citado em Rocha, Simões & Guedes, 1997). Vários estudos reportam, assim associações significativas entre uma boa e melhor saúde e a desigualdade.

Para além da saúde e da educação, a habitação é também um bem essencial que se constitui enquanto “mínimo social”, que habilita os indivíduos e os grupos sociais a fazerem outras escolhas ou a desenvolver suas capacidades (Cardoso, 2001). A habitação pode ser vista como dependente de um processo de produção capitalista. Consequentemente a este processo, apenas um pequeno grupo social, formado pelas classes alta e média-alta, consegue apropriar-se dos melhores terrenos e propriedades que apresentem melhores condições, tanto de acessibilidade às áreas centrais como de melhores ofertas de infra-estruturas. Por outro lado, as classes inferiores tendem a localizar-se em áreas mais suburbanas e inseguras (Cardoso, 2001).

Como se pode observar dos pontos acima referidos, a desigualdade do ponto de vista sociológico corresponde sempre à privação relativa pois depende do que se entende por igualdade justa e desejável e é por isso também, uma construção social em constante mudança. Sendo possível que o aprofundamento do individualismo implique uma contínua descoberta de novas formas de desigualdade (Sorj, 2001). É no entanto inegável que uma parte significativa das sociedades actuais continua a ser um palco privilegiado de desigualdades sociais.

Desigualdade percebida e violência íntima

Segundo um estudo elaborado por Alesina, DiTella & MacCulloch, em 2004, a desigualdade, também, afecta negativamente a felicidade do indivíduo. E, tendo em conta a perspectiva do indivíduo, os preconceitos sociais e avaliação da desigualdade podem desempenhar um papel importante para explicar as dependências contextuais do bem-estar subjectivo. O bem-estar subjectivo é afectado pela percepção do indivíduo sobre a desigualdade e as características do meio do indivíduo influenciam directamente essa mesma percepção (Schneider, 2011). Um estudo feito por Fernquist, em 2003, conclui ainda que a percepção que o indivíduo tem sobre a desigualdade económica é tão poderosa

como a real distribuição de riqueza. Concluindo também o mesmo estudo que as desigualdades percebidas sobre a economia afectam mais os homens do que as mulheres. Como tal, considerando as disparidades socioeconómicas, a discriminação que lhe está associada, e o impacto inferencial e individual desta experiência se manifesta em desvantagem para determinados grupos da sociedade a desigualdade social pode ser também útil para compreender o fenómeno da violência, por causa das (Wolf, Gray & Fazel, 2014).

A investigação sobre a violência nas relações de intimidade (VRI) tem destacado a natureza complexa dos factores subjacentes ao fenómeno. A violência como fenómeno complexo, multifacetado e resultante de múltiplos determinantes, articula-se significativamente com processos sociais que assentam, por sua vez, numa estrutura social mais ou menos (des)igual e (in)justa (Macedo, Paim, Silva & Costa, 2001).

Ao definirmos violência como “uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” destaca-se a intencionalidade de um ato violento, excluindo os não intencionais.

Iadicola & Shupe (2012) delimitaram três dimensões de violência: a *violência interpessoal* que ocorre fora de um contexto institucional e se expressa entre pares e que pode envolver agressões entre cônjuges e parceiros íntimos; a *violência institucional* que ocorre pela ação de uma organização e os seus agentes, dentro do contexto das instituições sociais, praticadas contra pessoas de qualquer sexo e idade; e *violência estrutural* que ocorre através de uma ordenação hierárquica das categorias de pessoas numa determinada sociedade. A interacção destas dimensões define que a violência estrutural pode facilitar a expressão da violência interpessoal. Podemos considerar ainda que a desigualdade se configura numa forma de violência institucional e estrutural que actua de forma selectiva sobre os seus elementos. Para Merton (1938 citado em Wolf, Gray & Fazel, 2014), o crime violento e outras formas de “rebelião” podem ser vistos como formas de *adaptação* e/ou *inclusão* na sociedade, na ausência, real ou percebida, de recursos para o estabelecimento de metas e objectivos pessoais e para a institucionalização de novos meios ou meios alternativos para

os atingir.

Apesar da violência nas relações de intimidade se verificar, nos estudos de prevalência, em todos os níveis socioeconômicos, vários estudos encontraram uma associação positiva entre o nível socioeconômico familiar e a probabilidade de violência. Os mesmos estudos sugerem que a violência entre pares, incluindo actos de racismo e discriminação, violência predatória, assim como violência nas relações de intimidade, estavam positivamente associadas às condições socioeconômicas. Demonstra-se, também, que uma exposição contínua à violência na comunidade pode constituir-se como um desencadeador de *stress* crónico, com potenciais consequências negativas para a saúde física e mental (Stueve & O'Donnell, 2008). Minayo e Souza (1993) têm também apontado os seguintes determinantes macro-estruturais da violência: o crescimento das desigualdades socioeconômicas; os baixos rendimentos familiares associados à perda do poder de compra; a ausência de políticas públicas integradas e consonantes com as necessidades da população em relação à saúde, educação, habitação e segurança; a priorização do desenvolvimento económico em detrimento do social; e um intenso apelo ao consumo, contrastando com o empobrecimento do país. Contudo, a associação entre a violência e as condições sociais de vida não é inequívoca nem linear, o que tem resultado num certo questionamento sobre esta associação (Zaluar, Noronha & Albuquerque, 1994), sugerindo a necessidade de explorar factores subjectivos e individuais na forma como estas circunstâncias são vividas e afectam os indivíduos.

A área de residência (urbana ou rural) onde os indivíduos se encontram inseridos assume algum grau de importância enquanto elemento de risco para o abuso (Vézina & Hébert, 2007). Lane e Gwartrey-Gibbs (1985) comprovaram em alguns dos seus estudos que indivíduos que residiam em zonas urbanas evidenciavam indicadores mais elevados de violência ao contrário dos inseridos em meio mais rural. Defende-se, também, em outros estudos que viver em bairros com elevado grau de pobreza, violência e desorganização social poderá potenciar a perpetração em contexto de relação de intimidade (Glass et al. 2003; Howard & Wang, 2003).

Wolf e colaboradores (2014) encontraram uma relação entre os *outcomes* violentos e vários factores socioeconômicos. Mais concretamente, a desigualdade

de rendimentos foi associado ao consumo de álcool e à violência. E como tal, levanta-se a possibilidade de que um maior consumo de substâncias num contexto de desigualdade poderá levar a um aumento das taxas de violência entre pares íntimos (Wolf et al., 2014). Estas evidências sugerem que a associação desigualdade e a violência nas relações de intimidade, terá subjacente um comprometimento dos recursos cognitivos e emocionais de auto-regulação.

Num estudo realizado por Kaplan em 1996, este reportou uma associação significativa entre desigualdade de rendimentos e altas taxas de homicídio e violência. No caso de Portugal, as elevadas taxas de homicídio, também, surgem associadas às desigualdades económicas e sociais (Wilkinson & Pickett, 2010). O mesmo também é verificado por um estudo elaborado por Iadicola & Anson Shupe, em 2012, onde estes constatam que a violência ocorre com mais frequência em contextos socioeconómicos mais baixos.

Como tal, e tendo em conta que os estudos realizados até ao momento se basearam em medidas matemáticas e económicas da desigualdade, e que pouco se sabe empiricamente sobre o impacto da experiência subjectiva de desigualdade, o presente estudo tem como principal objectivo o explorar a relação entre a desigualdade social percebida e a perpetração de violência no contexto das relações de intimidade (VRI).

Neste estudo foram consideradas as seguintes hipóteses:

- (h1) Espera-se que a percepção de desigualdade no acesso a recursos materiais e económicos seja preditora de perpetração de VRI;
- (h2) Espera-se que o estatuto social percebido seja preditor de perpetração de VRI.
- (h3) Espera-se que a discriminação e desigualdade percebidas sejam preditoras de perpetração de VRI;

Método

Participantes

A amostra é constituída por 172 indivíduos da comunidade em geral, com idades compreendidas entre os 18 e os 72 anos ($M=29,97$, $D.P.=12,46$), sendo 138 do sexo feminino (80,2%) e 34 do sexo masculino (19,8%). Nesta amostra existe uma maior representatividade de indivíduos solteiros, 128 elementos, com uma percentagem de 74,4%, seguindo-se 33 indivíduos casados ou em união de facto (19, 2%), 8 indivíduos divorciados (4,7%) e 1 viúvo (0,6%). Quanto à orientação sexual, 158 indivíduos identificaram-se como heterossexuais (91,9%), 3 indivíduos identificaram-se como homossexuais (1,7%), 5 elementos identificaram-se como bissexuais (2,9%), 1 indivíduo identificou-se como assexual (0,6%) e, por fim, 3 indivíduos preferiram não responder a esta questão (1,7%). No que toca ao envolvimento amoroso actual 121 elementos reportaram encontrar-se numa relação de intimidade (70,3%), enquanto 48 elementos reportaram não se encontrarem numa relação de intimidade no momento mas terem estado envolvidos numa no passado (27,9%), tendo 70 (40,7%) indivíduos reportado coabitação com o parceiro ao contrário de 53 indivíduos que reportaram não viver em coabitação (40,7%).

Instrumentos

1. Questionário Socio-Demográfico

Permite a recolha de informações sobre idade, sexo, estado civil, profissão, educação, posição social, rendimentos e despesas do agregado familiar, nacionalidade, escolaridade, situação profissional, estado civil e se de momento se encontra em alguma relação.

2. Questionário Experiências de Vitimação na Idade Adulta (QEVIÁ; Lisboa, Barroso, Patrício & Leandro, 2009; adaptado por Cabral, Coelho, Galvão & Moreira, 2016, Versão de Investigação)

Este questionário de autorrelato, do tipo inventário comportamental, permite avaliar eventuais experiências de vitimação reportadas assim como comportamentos de violência perpetrados, durante o último ano. Inicialmente, é

solicitado ao participante que identifique, de entre as relações mais recentes, a mais significativa (mais longa, mais importante e cujo o impacto tenha sido positivo ou negativo). Para o efeito, é-lhe solicitada informação com vista à caracterização da mesma, nomeadamente: Tipo de relação (escala nominal, com diferentes categorias de resposta- relação atual; ex-relação do último ano; ex-relação há mais de um ano), Sexo do/a autor/a (escala de resposta dicotómica – Feminino/Masculino) e Relação com autor/a à data da ocorrência (escala nominal, com diferentes categorias de resposta- namoro, casamento, união de facto).

O questionário é composto por um total de 76 itens (38 itens relacionados com a experiência de vitimação e 38 com a de perpetração) correspondentes a 5 tipos de violência: Abuso emocional-7 itens; Comportamento Ameaçador-5 itens, Controlo– 7 itens; Abuso Físico – 10 itens e Abuso Sexual – 9 itens. escala tipo *Likert* de cinco pontos (de 0- Nunca a 5 – Quase Sempre).

Caso tenha respondido afirmativamente, no final do questionário, é-lhe solicitada informação adicional: nível de satisfação com a relação (avaliada numa escala tipo *Likert* de seis pontos; de 1-*Totalmente insatisfeito* a 6- *Totalmente satisfeito*); Autor dos actos perpetrados (escala nominal, com diferentes categorias de resposta); Relação com autor/a à data da ocorrência (escala nominal, com diferentes categorias de resposta). Caso o término da relação, é solicitado que identifique a duração da relação; Data aquando o término e autor da iniciativa do mesmo. Finalmente, é solicitado que indique, numa escala tipo *Likert* de quatro pontos (de 1-*Em todas ou quase todas* a 4- *Em nenhuma das minhas relações*), a frequência dos comportamentos supracitados. Assim, este questionário permite, não só avaliar a experiência de vitimação durante o último ano (em termos de tipologia), mas também a sua caracterização mais aprofundada.

2.1. Teste qualidades psicométricas

Procedeu-se, então a uma Análise preliminar da estrutura factorial, através de Análise Factorial Exploratória de componentes principais, tendo-se juntado as bases de dados dos estudos onde este instrumento havia sido utilizado na sua versão vitimação, num total de 228 participantes.

Com base no teste do cotovelo, testou-se a solução de três factores que explicou 52.81% de variância. Contudo esta solução não se revelou interpretável. A análise da matriz rodada sugeriu contudo uma solução em quatro factores e foi com base nesta que se testou a consistência interna de 5 dimensões, nomeadamente abuso físico, abuso sexual e 3 escalas com os itens que originalmente compunham a escala de abuso emocional – abuso emocional de natureza verbal, controlo e ameaça física.

Quanto à versão perpetração, foi utilizada uma base de dados composta por 172 respondentes. Como tal, e após sugestão do teste do cotovelo, resolveu-se explorar uma estrutura com 5 factores que explicava 88.67% da variância. Tal como aconteceu na dimensão da vitimação, optou-se pela adopção de 5 dimensões, nomeadamente abuso físico, abuso sexual, abuso emocional de natureza verbal, controlo e ameaça física.

2.2. Análise da consistência interna

Quanto à interpretação do abuso emocional que revelou um *alpha* de Cronbach de .93 para um total de 7 itens, o controlo que revelou um *alpha* de .94 para um total de 8 itens e, por fim, a ameaça física que obteve um *alpha* de .97 para 10 itens.

Tabela 1. Médias e desvios-padrão; valores de consistência interna (alpha de Cronbach) – Perpetração

	M	DP	α
Abuso Emocional	1.32	3.95	.93
Controlo	1.53	4.54	.94
Comportamento Ameaçador	1.05	3.58	.94

3. **Inventário de Desigualdade Percebida (IDP)** (Antunes, Ferreira, Moreira, Pasion & Cabral, 2016- Versão de Investigação):

Este inventário é constituído por 57 itens que permitem avaliar experiências subjetivas de desigualdade, nomeadamente a percepção individual, em comparação com indivíduos da mesma faixa etária ou grupo de referência, e a percepção nacional. Afere várias dimensões da desigualdade percebida, tais como recursos materiais e económicos percebidos (aqui conceptualizados como acesso a bens, distribuição de riqueza e retaguarda financeira); estatuto social

percebido; mobilidade social percebida; controlo percebido; proteção social percebida; e justiça percebida. É solicitado ao participante que preencha o questionário com base numa escala tipo *Likert* de seis pontos (de 1- Discordo totalmente a 6 -Concordo totalmente).

3.1. Análise Factorial Exploratória

Procedeu-se então a uma análise também preliminar e exploratória da estrutura factorial, através de uma análise de componentes principais, dos 58 itens constituintes deste instrumento. Após análise dos itens que compõe a percepção individual, verificou-se que os mesmos, de uma maneira global, se encontravam não inteiramente interpretável, ou seja, não se agrupavam de acordo com a sua estrutura originalmente proposta. Desta forma, e com base nos pesos próprios dos factores e do teste do cotovelo, foram exploradas duas estruturas (com cinco e quatro factores), voltando a ocorrer o descrito anteriormente. Dado que os itens que compõe as subescalas “acesso a bens”, “retaguarda financeira” e “distribuição de riqueza” se agrupavam, algo que foi interpretado como devido ao dimensão económica comum, decidiu-se proceder a uma análise factorial independente entre estes, usando o mesmo critério para as a análise das subescalas de natureza social, “controlo percebido”, “estatuto social”, “mobilidade Social”, “protecção Social” e “justiça”.

No que concerne ao primeiro grupo, os itens agrupavam-se adequadamente, revelando os dados dupla saturação em diferentes factores. No entanto foram exploradas duas estruturas (com três e quatro factores) do qual a estrutura encontrada explica 50. 88% da variância e é composta por três factores. Mais se sugere que na consistência interna se crie uma subescala global com estas três dimensões.

Quanto ao segundo grupo, também foram exploradas duas estruturas com três e quatro factores, do qual a estrutura encontrada explica 48. 40% da variância e é composta por quatro factores. Após análise e interpretação da tabela de matriz rotativa, procedeu-se à eliminação do item 36 (“Sinto que o meu estatuto social é reduzido”) uma vez que se afigurou problemático. Mais se sugere a criação de uma subescala global englobando estas dimensões.

Procedeu-se, também, à Análise Factorial Exploratória dos itens da percepção nacional onde foram feitas de igual modo o mesmo procedimento acima descrito para os itens de percepção nacional. Quanto às subescalas “acesso a bens”, “retaguarda financeira” e “distribuição de riqueza” foram exploradas duas estruturas com cinco e quatro factores, cuja estrutura encontrada explica 44.03% da variância e é composta por quatro factores. A maioria dos itens agrupavam-se no primeiro e segundo factores, observando-se duplas saturações em vários itens.

Quanto às subescalas “controlo”, “estatuto social”, “mobilidade social”, “protecção social” e “justiça”, a estrutura encontrada explica 49,42% e é composta por 4 factores.

Mais se informa que se executou a inversão de certos itens de modo a não enviesar os dados.

3.2. Análise de consistência interna

Procedeu-se à análise da consistência interna onde se obteve uma boa consistência interna, de forma global. Foi criada uma subdimensão denominada de “Recursos Materiais e Económicos” que englobou as subescalas “acesso a bens”, “retaguarda financeira” e “distribuição de riqueza” (percepção individual) para a qual se obteve um *alpha de Cronbach* de .80 para 22 itens. Quanto ao estatuto social percebido obteve-se um *alpha de Cronbach* de .78 para um total de 10 itens. A percepção individual da mobilidade social percebida pontua um *alpha* de .51 para um total de 7 itens ao invés da percepção nacional que pontuou um *alpha* de .54 para um total de 7 itens. Quanto ao controlo percebido esta subescala revela um *alpha* de .72, para um total de 5 itens. A protecção social (percepção individual) obteve um *alpha de Cronbach* de .89 para um total de 12 itens. Por último, a justiça percebida obteve um *alpha de Cronbach* de .70 para um total de 3 itens.

Tabela2. Médias e desvios-padrão; valores de consistência interna (*alpha de Cronbach*) – percepção individual

	M	DP	α
Recursos Materiais e Económicos	76.54	11.33	.80
Estatuto social	43,47	6.19	.78

Mobilidade social	27.86	4.15	.51
Controlo	18.70	4.03	.72
Protecção Social	23.53	10.45	.89
Justiça	14.79	2.84	.70

4. Inventário de Experiências de Discriminação (IED; Antunes, Ferreira & Cabral, 2016- Versão de Investigação)

Este questionário é constituído por 18 itens que permitem avaliar a experiência subjetiva de discriminação, considerando o último ano, assim como o factor associado ou na origem à discriminação. É ainda solicitada informação adicional sobre o autor da discriminação (escala nominal com diferentes categorias de resposta).

4.1. Análise Factorial Exploratória

Procedeu-se à Análise Factorial Exploratória do instrumento supramencionado, tendo-se explorado uma solução unifactorial, tal como sugerido pelo teste do cotovelo, explicando uma variância de 57,26%.

4.2. Análise de consistência interna

O Inventário de discriminação revelou um bom *alpha de Cronbach* ($\alpha = .921$) para um total de 18 itens.

Tabela 3. Médias e desvios-padrão; valores de consistência interna (alpha de Cronbach)

	M	DP	α
Discriminação	11.93	14.19	.921

Procedimentos

O procedimento de recolha de dados, entre os meses de Agosto de 2016 e Outubro de 2016, decorreu da seguinte forma:

- (1) Através das redes sociais e *e-mail*: os indivíduos que participaram nesta recolha preliminar consentiram de forma informada participar no estudo, acedendo depois à versão *online* dos questionários. Numa fase inicial foram contactados indivíduos próximos dos investigadores que através do

método de “bola de neve” foram partilhando com outras pessoas suas próximas.

- (2) Em formato presencial (papel): neste caso depois de consentirem de forma informada, os participantes responderam aos questionários em contexto de sala de aula (estudantes universitários da ULP).

Todos os participantes deste estudo foram previamente informados acerca do objectivo do estudo, como também foi esclarecido o carácter voluntário da participação, a confidencialidade e, igualmente, o anonimato da informação.

Como incentivo à participação no estudo foi proposta aos sujeitos a possibilidade de participar num sorteio de vales FNAC e Continente, no valor de 10 e 15 euros, respectivamente. Após a conclusão do estudo, os participantes que manifestaram este desejo serão informados acerca dos resultados do estudo em questão, em formato de correio electrónico.

A análise estatística dos dados foi realizada através do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 23 para *Windows*.

Resultados

H1: “Espera-se que os recursos materiais e económicos percebidos seja preditor de perpetração em VRI”.

Mais uma vez foi realizada uma análise de regressão desta vez simples, cujos resultados indicaram que o modelo de regressão é estatisticamente significativo e explica 5,3% da variância, $R^2 = .053$, $F(1,165) = 9.30$, $p < .003$.

Os recursos materiais e económicos percebidos, $\beta = -.231$, $t = -3.05$, $p = .003$, 95% CI [-12.34, -2.64] é preditora de perpetração em VRI.

Assim, níveis inferiores de recursos materiais e económicos percebidos são preditores de níveis superiores de perpetração em VRI.

Tabela 4. Preditores de perpetração

	Abuso_Perpetração		
	B	β	95% CI
Recursos Materiais e Económicos Percebidos	-0.75	-0.231	[-12.34, -2.64]

R ²	.053
F	9.30

Nota: N = 167. CI = intervalo de confiança.

*p<.05. **p<.01. ***p<.001

H2: “Espera-se que estatuto social percebido seja preditor de perpetração em VRI”.

Os resultados da análise de regressão indicaram que o modelo de regressão é estatisticamente significativo e explica 4,6% da variância, $R^2 = .046$, $F(1,165) = 7.99$, $p < .003$. O estatuto social percebido, $\beta = -.215$, $t = -2.83$, $p = .005$, 95% CI [-10.17, -1.81] é preditor de perpetração em VRI.

Assim, níveis inferiores de estatuto social percebido é preditor de níveis superiores de perpetração em VRI.

Tabela 5. Preditores de perpetração

	Abuso_Perpetração		
	B	β	95% CI
Estatuto Social percebido	-5.99	-.215	[-10.17, -1.81]
R ²	.046		
F	7.99		

Nota: N = 167. CI = intervalo de confiança.

*p<.05. **p<.01. ***p<.001

H3: “Espera-se que a discriminação e desigualdade percebidas sejam preditoras de perpetração em VRI”.

A análise de regressão múltipla foi usada para testar se a discriminação e desigualdade percebidas são preditoras de perpetração em VRI. Para tal, inicialmente procedeu-se à realização do teste dos pressupostos onde se pode verificar a violação de alguns dos pressupostos.

Os resultados indicaram que o modelo de regressão é estatisticamente significativo e explica 14,2% da variância, $R^2 = .142$, $F(2,164) = 13,62$, $p < .001$.

A discriminação percebida, $\beta = .265$, $t = 3.60$, $p = .000$, 95% CI [.441, 1.51] e a desigualdade percebida, $\beta = .226$, $t = 3.07$, $p = .002$, 95% CI [14.32, 3.12] são preditoras de perpetração de VRI. Ambos são preditores positivos.

Assim, níveis superiores de discriminação e desigualdade percebidas são preditores de níveis superiores de perpetração em VRI.

Tabela 6. Preditores de perpetração

	Abuso_Perpetração		
	B	β	95% CI
Discriminação percebida	.978	.265	[. 441, 1.51]
Desigualdade percebida	8.72	.226	[14.32, 3.12]
R ²		.142	
F		13.62	

Nota: N = 167. CI = intervalo de confiança.

* $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$

Discussão

Apesar dos estudos sobre o fenómeno da desigualdade social e a violência nas relações de intimidade se revelem importantes, poucos são os estudos que nos elucidam sobre a associação destas temáticas, recorrendo a medidas capazes de aceder à experiência individual e aos seus impactos.

Posto isto, este estudo tinha como objectivo explorar a relação entre desigualdade social percebida e a perpetração de violência no contexto das relações de intimidade.

Tendo em conta a terceira hipótese deste estudo, os resultados obtidos permitiram confirmar que níveis superiores de desigualdade social percebida e discriminação percebida são preditores de perpetração em contexto VRI. Ao nível da literatura – escassa a propósito destes fenómenos – existem ainda assim alguns estudos pelas quais estas variáveis se encontravam positivamente articuladas (Macedo, Paim, Silva & Costa, 2001). Um estudo elaborado por

Jewkes (2002), revelou, também, que a violência está associada com o produto da desigualdade. No que concerne à discriminação, os estudos revelam que a violência entre pares assim como violência nas relações de intimidade estão associados com a discriminação (Stueve & O'Donnel, 2008).

Vários estudos encontraram uma associação positiva entre os vários factores socioeconómicos e violência, mais concretamente a desigualdade de rendimentos (Wolf et al. 2014). Isto vem de encontro ao resultado obtido na primeira hipótese deste estudo, que revelou que níveis inferiores de recursos materiais e económicos percebidos são preditores de níveis superiores de perpetração em contexto de relação de intimidade. Um estudo realizado por O'Keefe (1998) refere que as famílias com baixos recursos económicos tendem a experienciar mais fontes de *stress* devido ao desemprego, problemas financeiros e capacidade de *coping* limitadas, o que faz aumentar a probabilidade de recurso a violência nas relações. Mais refere que o facto de estes comportamentos serem percebidos como normativos proporciona o seu uso fora do contexto familiar, mais concretamente na relação de intimidade.

Outro estudo elaborado por Cunradi, Caetano e Schafer, em 2002, confirmaram a associação entre baixo nível socioeconómico e perpetração, ou seja, quanto mais baixo os recursos socioeconómicos maior o risco de perpetração de violência nas relações de intimidade.

Relativamente à segunda hipótese deste estudo, pode-se observar que níveis inferiores de estatuto social percebido são preditores de níveis superiores de perpetração em VRI. Estudos demonstram que indivíduos de estatutos sociais mais desfavorecidos tendem a experienciar mais violência na intimidade e, de igual modo, constituem um grupo de risco para perpetração de violência. Gelles (1985) revela que indivíduos de estratos sociais mais baixos estão predispostos a uma maior tensão social, o que por sua vez despoleta situações de violência.

Considerando os resultados até aqui debatidos, afigura-se possível defender que a desigualdade social percebida se poderá configurar como factor de risco com a perpetração em contexto de relações de intimidade, tanto nas suas dimensões económicas, como sociais, como ainda, de forma particularmente expressiva, no seu efeito combinado e cumulativo.

Passamos à identificação das principais limitações deste estudo. Visto ser um estudo piloto e de carácter exploratório, verificam-se um conjunto de condições que sugerem cautela na generalização dos resultados e a necessidade de replicar o estudo com base numa modalidade de amostragem que garanta maior representatividade da amostra e, mais concretamente, maior variabilidade ao nível dos fenómenos da desigualdade e violência. A amostra utilizada para o efeito foi de conveniência e da comunidade e, por este motivo será características de normatividade, em que o fenómenos da violência podem estar subrepresentados quando comparados com os esperados para amostras em situação de risco social.

Outra limitação encontrada prende-se com a extensão do questionário tanto para versão *online* como presencial, tendo sido referenciado como “cansativo” devido ao grande número de itens das escalas utilizadas. Tratando-se nos dois casos de instrumentos nas suas versões preliminares e por isso mais extensas, futuros estudos deverão investir no desenvolvimento de versões mais breves, com base de um estudo aturado das qualidades psicométricas dos itens e da validade facial, factorial e de constructo dos instrumentos.

À semelhança de outros estudos e considerando as comuns limitações em termos de recursos, quer materiais, quer financeiros e humanos, a utilização de instrumentos de autorrelato terá que ser assumida entre as limitações do presente estudo. No caso em concreto da temática em questão, perpetração de violência, os efeitos da deseabilidade social que geralmente actuam nestas modalidades de recolha de dados, poderão ser particularmente relevantes, considerando ainda que parte dos sujeitos respondeu em contexto de sala de aula.

Concluindo, e tendo em conta investigações futuras, é necessário explorar outras dimensões inerentes aos processos de desigualdade social percebida e da perpetração de violência em contextos de relação de intimidade, como também chegar a outro tipo de amostra mais heterogéneo.

Mais se conclui, que é importante aprofundar o conhecimento e procurar evidência científica para Portugal sobre estas temáticas e como se relacionam, de modo a perceber o seu próprio padrão, possibilitando traçar um plano de acção de forma a minimizar a presença destes fenómenos.

Referências Bibliográficas

- Alesina, A., DiTella, R., & MacCulloch, R. (2004). Inequality and happiness: are Europeans and Americans different?. *Journal of Public Economics*, 88(9), 2009-2042.
- Antunes, R. (2010). Classes sociais e a desigualdade na saúde. *Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE, CIES e-WORKING PAPER Nº85*.
- Barros, J. D. A. (2005). Igualdade, desigualdade e diferença: em torno de três noções. *Análise social*, 345-366.
- Cardoso, A. L. (2001). Desigualdades urbanas e políticas habitacionais. *Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ-FASE*.
- CIES/CESO I&D (1998), *Grupos sociais desfavorecidos face ao emprego - tipologias e quadro básico de medidas recomendáveis*, Lisboa.
- Couto, M. T., D'oliveira, A. F. P. L., & Schraiber, L. B. (2006). Violência e saúde: estudos científicos recentes. *Revista de Saúde pública*, 40, 112-120.
- Cowell, F. (2011). *Measuring inequality*. Oxford University Press.
- Cunradi, C. B., Caetano, R., & Schafer, J. (2002). Socioeconomic predictors of intimate partner violence among White, Black, and Hispanic couples in the United States. *Journal of family violence*, 17(4), 377-389.
- Donnangelo, M. C. F. & Pereira, L. (1976). *Saúde e sociedade*. São Paulo: Duas Cidades.
- Durão, E. A Pobreza e a Exclusão Social.
- Iadicola, P., & Shupe, A. (2012). *Violence, inequality, and human freedom*. Rowman & Littlefield.
- Fernandes, A. T. (2000). Desigualdades e representações sociais. *Sociologia*, 10, 203-214.
- Fernquist, R. M. (2003). Perceived income inequality and suicide rates in Central/Eastern European countries and Western countries, 1990-

1993. *Deathstudies*, 27(1), 63-80.
- Gelles, R. J. (1997). *Intimate Violence in Families*, Sage, Thousand Oaks, CA.
- Gelles, R. J. (1987). *Family violence*. Newbury Park, CA: Sage.
- Glass, N., Fredland, N., Campbell, J., Yonas, M., Sharps, P. & Kub, J. (2003). Adolescent dating violence: Prevalence, risk factors, health outcomes and implications for clinical practice. *JOGNN Clinical Issues*, 32, 227-238.
- Gwartney-Gibbs, P., Stockard, J. & Bohmers, S. (1987). Learning courtship aggression: the influence of parents, peers and personal experiences. *Family Relations*, 36, 276-282.
- Howard, D. E. & Wang, M. Q. (2003). Risk profiles of adolescent girls who were victims of dating violence. *Adolescence*, 38, 1-14.
- Jewkes, R. (2002). Intimate partner violence: causes and preventions. *The Lancet*, 359, 1423- 1429.
- Kaplan, G. A., Pamuk, E. R., Lynch, J. W., Cohen, R. D., Balfour, J. L. (1996). Inequality in income and mortality in the United States: analysis of mortality and potential pathways. *Bmj*, 312(7037), 999-1003.
- Macedo, A. C., Paim, J. S., Silva, L. M., & Costa, M. D. C. N. (2001). Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. *Rev. saúde pública*, 35(6), 515-522.
- Machado, H. (2005). Noções elementares sobre poder, desigualdades e classes sociais nas sociedades ocidentais contemporâneas. *Geo-Working Papers*, (5), 5-12.
- O'Keefe, M. (1998). Factors mediating the link between witnessing interparental violence and dating violence. *Journal of Family Violence*, 13(1), 39-57.
- Lahire, B. (2003). Crenças coletivas e desigualdades culturais. *Educação e sociedade*, 24(84), 983-995.
- Lane, K. D. & Gwartney-Gibbs, P. A. (1985). Violence in the context of dating and sex. *Journal of family issues*, 6, 45-59.

- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência e Género. Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens. Coleção estudos de género.*
- Rocha, J. S. Y., Simões, B. J. G., & Guedes, G. L. (1997). Assistência hospitalar como indicador da desigualdade social. *Revista Saúde Pública, 31*(5), 479-87.
- Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M., & Januário, S. (1999). A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia, 9*, 63-101.
- Sorj, B. (2001). Uma nota sobre os estudos de desigualdade social no Brasil.
- Stueve, A., & O'Donnell, L. (2008). Urban young women's experiences of discrimination and community violence and intimate partner violence. *Journal of Urban Health, 85*(3), 386-401.
- Veiga, L. & Barbosa, M. L. O. (1996). Desigualdades sociais e educação: os impactos e os limites das políticas sociais.
- Vežína, J. & Hebert, M. (2007). Risk factors for victimization in romantic relationships of young women. A review of empirical studies and implications for prevention. *Trauma, Violence & Abuse, 8*, 33-36.
- Wolf, A., Gray, R., & Fazel, S. (2014). Violence as a public health problem: Na ecological study of 169 countries. *Social Science & Medicine (1982), 104*(100), 220–227. <http://doi.org/10.1016/j.socscimed.2013.12.006>
- Zaluar, A., Noronha, J. C. D., & Albuquerque, C. (1994). Violência: pobreza ou fraqueza institucional. *Cadernos de Saúde Pública, 10*(Sup 1), 213-217.